



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM NOROESTE DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM NOROESTE-DRRA nº. 301/2021

Unaí, 11 de novembro de 2021.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)			
Nº Documento do Parecer Técnico vinculado ao SEI: 37853215			
PROCESSO SLA Nº: 4050/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Paulo de Oliveira Camelo	CNPJ:	522.714.716-72
EMPREENDIMENTO:	Paulo de Oliveira Camelo	CNPJ:	522.714.716-72
MUNICÍPIO:	Ouro Preto/MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo, excluídas as áreas urbanas.• Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
D-01-06-1	Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido	2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
G5S Projetos e Consultoria Ltda Raphael Fontes Ferreira		CREA-MG 217859-D	

AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA
Paula Agda Lacerda Marques Gestora ambiental	1332576-6	Assinado Eletronicamente
Ledi Maria Gatto Analista Ambiental	365472-0	Assinado Eletronicamente



Documento assinado eletronicamente por **Paula Agda Lacerda da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 11/11/2021, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ledi Maria Gatto Oppelt, Servidor(a) Público(a)**, em 11/11/2021, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37851986** e o código CRC **E4BC1ACF**.

Referência: Processo nº 1370.01.0057244/2021-86

SEI nº 37851986



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)			
PROCESSO SLA Nº: 4050/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Paulo de Oliveira Camelo	CNPJ:	522.714.716-72
EMPREENDIMENTO:	Paulo de Oliveira Camelo	CNPJ:	522.714.716-72
MUNICÍPIO:	Ouro Preto/MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo, excluídas as áreas urbanas.• Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
D-01-06-1	Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido	2	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
G5S Projetos e Consultoria Ltda Raphael Fontes Ferreira		CREA-MG 217859-D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Paula Agda Lacerda Marques Gestora ambiental		1332576-6	Assinado Eletronicamente
Ledi Maria Gatto Analista Ambiental		365472-0	Assinado Eletronicamente



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

O empreendimento que possui o mesmo nome de seu proprietário, o Sr. Paulo de Oliveira Camelo, e nome fantasia de Laticínio Santo Antônio, atuará no ramo agroindustrial, exercendo suas atividades no município de Ouro Preto/MG. Em 13/08/2021, foi formalizado, via SEI, o Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado de nº 4050/2021, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

Trata-se de projeto para instalação da atividade de Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido (D-01-06-1) com capacidade a ser instalada de 3.500 litros/leite/dia. Conforme classificação da Deliberação Normativa nº 217/2017, o empreendimento é classificado como porte Pequeno e Classe 2.

O empreendimento em questão está inserido no critério locacional 1, conforme preconiza a DN COPAM nº 217/2017. Desta forma foi apresentado o documento, Estudo de Interferência para empreendimentos com localização prevista em Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e Zona de Amortecimento do Parque Estadual do Itacolomi, no qual consta que a implantação da atividade não acarretará impactos nas referidas unidades de proteção ambiental.

O empreendimento Paulo de Oliveira Camelo (Laticínio Santo Antônio) tem localização pretendida na Fazenda Fundão do Cintra, distrito de Santo Antônio do Salto, Zona Rural do município de Ouro Preto/MG. Será instalado no entorno das coordenadas geográficas 20°29'43.559"S / 43°26'33.574W, numa área total de 0,426 ha, sendo 0,061 ha de área construída. A Fazenda Fundão do Cintra está registrada nas matrículas 16.260, 16.261, 16.262, 16.263, 16.264 e 16.265 com área total de 260,0242 ha.

Conforme RAS para a operação das atividades o empreendimento possuirá um total de 10 funcionários, sendo 8 no setor de produção e 02 no setor administrativo. Os principais produtos a serem fabricados são o queijo minas frescal, queijo muçarela, iogurte adoçado e bebida láctea fermentada. Já os produtos secundários são: queijo minas meia cura, queijo minas padrão, queijo parmesão, requeijão cremoso, requeijão barra, manteiga de primeira qualidade com sal e doce de leite.

As etapas do processo produtivo consistem em: recepção, pré-beneficiamento, padronização e clarificação, pasteurização, processamento (fabricação de produtos), envase e embalagem, armazenamento, expedição e higienização.

Na recepção e no pré beneficiamento são gerados efluentes líquidos oriundos da higienização dos tanques dos caminhões, assim como, é gerado efluente líquido proveniente do processo de higienização dos equipamentos. Na etapa de padronização e clarificação são gerados resíduos sólidos provenientes do lodo retido na padronizadora.

No processamento, os resíduos gerados estão relacionados às perdas de subprodutos gerados e às etapas de higienização. Conforme informado, ocorrerá higienização diária ou



logo após o término de cada uma das operações em todos os equipamentos, utensílios e ambientes de processamento.

São utilizados soluções preparadas a partir de detergentes alcalinos, ácidos e neutros e soluções sanitizantes preparadas a partir de hipoclorito de sódio e ácido peracético. Sendo essa etapa a principal geradora de efluentes em indústrias de laticínios, apresentando resíduos de leite e seus derivados além dos produtos listados acima.

Dentre os equipamentos listados haverá a instalação de caldeira a lenha, que conforme informado no RAS necessitará de material combustível (lenha), para o qual o empreendedor deverá obter o Certificado de Registro no IEF.

O uso de recurso hídrico no empreendimento tem por finalidade atender ao processo industrial (incorporação no produto, lavagem dos equipamentos, resfriamento e refrigeração, produção de vapor) e consumo humano (sanitários e refeitório). Não existirá recirculação da água no processo produtivo. Foi apresentado para regularização, o Cadastro de Uso Insignificante sob Certidão nº 240453/2021, com captação superficial de 1 l/s durante 10 horas/dia, válido até 02/02/2024.

Os impactos identificados serão tratados da seguinte forma:

- Efluentes líquidos: os efluentes sanitários serão destinados à fossa séptica seguida de filtro e sumidouro; os efluentes industriais decorrentes da lavagem de pisos, máquinas e equipamentos serão direcionados para peneira, caixa de areia, vertedouro, caixa de gordura, tanque de equalização e disposição no solo pela técnica de fertirrigação; efluentes gerados no lavador de veículos serão direcionados para caixa de areia e caixa separadora de água e óleo (CSAO). A estação de tratamento dos efluentes industriais será composta pelos seguintes equipamentos: caixa de passagem, peneira, caixa de areia, calha Parshall, caixa de gordura e tanque equalizador. Conforme projeto apresentado, os efluentes após tratamento serão destinados para fertirrigação em áreas de cultivo e capineira.

- Emissão atmosférica oriunda da caldeira a lenha terá instalado sistema de Ciclone Anti-Fuligem, também deverá ser realizado monitoramento através de análises conforme condicionado neste parecer técnico.

- Resíduos sólidos serão segregados e destinados à reciclagem, reutilização / devolução (embalagens de produtos agrícolas), aplicação agrícola (cinzas da caldeira), e alimentação animal (resíduos orgânicos do refeitório, administrativo e fábrica).

Foi proposto nos documentos ora apresentados, especialmente no documento de Estudo de Critério Locacional, os automonitoramentos da ETE Industrial, do solo utilizado na fertirrigação e dos efluentes atmosféricos. Ainda será condicionado neste parecer os automonitoramentos dos efluentes líquidos oriundas da CSAO e dos resíduos sólidos.

Não há qualquer intervenção ambiental a ser autorizada na área do empreendimento.



Foi apresentado o registro no CAR Recibo nº MG-3146107-960A.F0A2.D7EA.4C95.AD73. C377.86A7.0E78 com área de Reserva Legal de 52,1895 ha, contemplando assim área não inferior aos 20% exigidos em lei.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o deferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Paulo de Oliveira Camelo”, no município de Ouro Preto/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo neste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente, ouvida a Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento Paulo de Oliveira Camelo

Item	Descrição da Condicionante na fase prévia e de instalação	Prazo*
01	Comprovar a destinação adequada dos resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes, conforme ABNT NBR 15113 e Resolução do CONAMA 307/2002.	Durante a vigência da LP + LI
02	Apresentar relatório técnico-fotográfico que comprove a implantação das medidas mitigadoras durante a fase prévia e de instalação.	Antes do início da operação
03	Apresentar Certificado de Registro no IEF para consumo de lenha, madeira e/ou derivados como combustível.	Antes do início da operação
04	Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como destinar os filtros de óleos, estopas e sedimentos contaminados a empresas que possuam regularização ambiental e manter os recibos da destinação no empreendimento para atendimento de eventuais fiscalizações.	Durante a vigência da Licença
05	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da LO
06	Apresentar, anualmente, relatório técnico-fotográfico, que comprove a implantação e execução das ações propostas nos programas, planos e projetos apresentados, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Durante a vigência da LO
07	Enviar anualmente Declaração de Carga Poluidora a FEAM, conforme Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH 01/2008 e Resoluções CONAMA 357/2005 e 430/2011.	Durante a vigência da LO

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e saída do sistema de caixa separadora de água e óleo (CSAO)	pH; sólidos sedimentáveis; sólidos em suspensão; óleos e graxas; detergentes e BTEX e HPA.	Semestralmente

⁽¹⁾O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: Entrada da ETE (efluente bruto): após o tanque de equalização. Saída da ETE (efluente tratado): após o tanque de aeração.

Relatórios: Enviar **anualmente** à SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Oleosos

Apresentar, **anualmente**, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.



Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(¹) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(²) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

9 - Outras (especificar)

- Observações

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.



IMPORTANTE

- Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM CENTRAL METROPOLITANA, face ao desempenho apresentado;
- A comprovação do atendimento aos itens deste programa deverá estar acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida pelo(s) responsável(eis) técnico(s), devidamente habilitado(s).